

# O ornitorrinco 20 anos depois: o que passou?

DOI: 10.54446/bcg.v13i2.3287

*Glauco Bruce Rodrigues<sup>1</sup>, Tatiana Tramontani Ramos<sup>2</sup>*

## Resumo

o artigo busca contribuir com o debate sobre a dinâmica sócio-espaial brasileira contemporânea a partir dos elementos críticos do ensaio O Ornitorrinco, do sociólogo Chico de Oliveira (2003). A partir desses balizamentos selecionamos alguns processos e marcos que julgamos serem centrais para compreender a dinâmica da sociedade brasileira, como, por exemplo, a consolidação do neoliberalismo a partir dos anos de 1990, as jornadas de junho de 2013 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil, Ornitorrinco, Chico de Oliveira, Dinâmica sócio-espaial.

---

1 Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia UFF-Campos dos Goytacazes. Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Território e Conflitos Sociais. E-mail: [glauco\\_bruce@id.uff.br](mailto:glauco_bruce@id.uff.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4876-3344>.

2 Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia UFF-Campos dos Goytacazes. Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Território e Conflitos Sociais. E-mail: [tatiana\\_tramontani@id.uff.br](mailto:tatiana_tramontani@id.uff.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8550-2955>.

## Colocando a questão

Em 2003 é publicado o ensaio *O Ornitorrinco*, do sociólogo Chico de Oliveira. O texto é uma tentativa de elaborar uma análise crítica da sociedade brasileira que emerge do processo de redemocratização da perspectiva da totalidade. Trata-se, portanto, de um diagnóstico crítico de nossa formação social publicado no primeiro ano de governo de Luís Inácio Lula da Silva. Tomamos esse quadro como ponto de partida da análise da sociedade brasileira. O que se passou nesses 20 anos? Quais processos, fenômenos e eventos foram os mais significativos para compreender a dinâmica sócio-espacial que nos permitem realizar uma avaliação crítica que seja útil para se pensar em ações. Como diriam Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001, p. 23-24), trata-se de identificar e analisar as “variáveis-chave que irão comandar o sistema das variáveis”, fazendo emergir uma resultante final que denominamos totalidade.

Não deixamos dúvidas de onde partimos: tomamos como referência a tradição do pensamento social crítico brasileiro que coloca como questão central a análise da formação sócio-espacial brasileira em sua totalidade (OLIVEIRA, 2003; SANTOS, 2002[1978]; MOREIRA, 2012). Trata-se, portanto, de uma tradição que se caracteriza pela construção de grades esquemas interpretativos que consigam apreender, explicar e analisar a singularidade da formação social, espacial, econômica, cultural e política do Brasil na sua totalidade, compreendida como “a realidade na sua integralidade” (SANTOS, 1996, p. 116). Assim, indo na contramão de posições que descartam os grandes esquemas analíticos e a totalidade, tomamos esses dois elementos como centrais para qualquer tipo de elaboração teórica, uma vez que nos dão o enquadramento de método absolutamente necessário para apreender os elementos centrais que condicionam a dinâmica da sociedade.

## O ornitorrinco: retrato de uma sociedade derrotada

Chico de Oliveira começa a vislumbrar<sup>3</sup> o ornitorrinco nos trabalhos de seu amigo, o crítico literário, Roberto Schwarz, particularmente no texto *Fim de século* (SCHWARZ, 1999). Neste artigo, o autor realiza uma análise do significado histórico do projeto de modernização da sociedade brasileira, expresso no nacional-desenvolvimentismo, demonstrando como ele atingiu seu ápice nas décadas de 1950 e 1960 e foi abortado pelo golpe militar de 1964. A conclusão que se extrai dessa análise é que os fundamentos deste projeto são ilusórios e tal modernização jamais poderá ser atingida dentro das bases concretas de reprodução e acumulação do capital após a década de 1970.

Schwarz argumenta que o objetivo do projeto de modernização nacional era o desenvolvimento das forças produtivas, o que significava realizar a industrialização e

---

3 Segundo o próprio Chico de Oliveira, “devo dizer que o Ornitorrinco muito deve a ele. Em ‘Fim de século’, ensaio que está em *Seqüências brasileiras*, o animal está lá. A discussão do desmanche influenciou nosso grupo de estudos do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania” (OLIVEIRA, 2007, p. 149).

a urbanização do país, superar os atrasos e os arcaísmos da agricultura (fim dos latifúndios monocultores, baixa produtividade, relações não capitalistas de produção), disseminação generalizada do trabalho assalariado, fortalecimento dos sindicatos, imprensa livre, ampliação e garantia constitucional de direitos universais. Enfim, um projeto nacional que pudesse transformar um país de estruturas coloniais em uma sociedade integrada pelo trabalho e pelos direitos sociais, superando o subdesenvolvimento. Politicamente, o golpe de 1964 aborta essa possibilidade e a modernização se dará em bases conservadoras. Na década de 1980 as condições gerais de reprodução do capitalismo explicitam a impossibilidade material e política da realização do nacional-desenvolvimentismo:

Nas novas condições de tecnologia, as inversões necessárias para completar a industrialização e a integração social do país haviam se tornado tão astronômicas quanto inalcançáveis. O nacional-desenvolvimentismo entrava em desagregação – e começava o período contemporâneo, que para os efeitos deste seminário poderíamos chamar de “nosso fim de século” (SCHWARZ, 1999, p. 194. Grifos nossos).

As novas condições de acumulação que se criam a partir da reestruturação produtiva (HARVEY, 1992) e da emergência de uma racionalidade neoliberal (DARDOT e LAVAL, 2016), compõem o quadro de nosso fim de século cujo movimento geral é aquilo que Robert Kurz (1993) chama de colapso da modernidade. É da obra de Kurz que Schwarz retira seu diagnóstico. O colapso da modernidade é a impossibilidade de realização deste projeto de integração social via mercado, capitalismo e democracia liberal. Em vez de avançar, a nova dinâmica capitalista é caracterizada, nos termos do autor, em uma ampla desintegração social que produz multidões de “sujeitos monetários sem dinheiro”, massas descartáveis cada vez maiores, abandonadas à própria sorte sem nenhuma funcionalidade econômica a priori, cuja gestão é feita pelas políticas emergenciais, encarceramentos, vigilância ou puro extermínio, cujo efeito é criar outras dinâmicas de acumulação (serviços e tecnologias de proteção, vigilância, segurança, etc.).

O vislumbre se dá por volta de 1999. A imagem completa viria dois anos depois, em 2001, durante a participação de Chico de Oliveira na banca de doutorado de seu amigo Carlos Eduardo Fernandez da Silveira: “de repente, deu-me um estalo: a sociedade e a economia que ele descrevia, em seus impasses e combinações esdrúxulas, só podiam ser um ornotorrinco” (OLIVEIRA, 2003, p. 125, nota 1).

O ornitorrinco<sup>4</sup> seria um exemplo de truncamento da evolução: não vai para frente, tão pouco pode retornar. Ao mesmo tempo, é o resultado de combinações de mais variadas e inusitadas: um mamífero que coloca ovo, dá leite, mas não tem mamas, tem bico de pato, não voa e, para completar, tem esporões venenosos.

A imagem de uma evolução truncada é a metáfora utilizada pelo autor para caracterizar a sociedade brasileira. O Brasil seria um ornitorrinco histórico: nele convivem diversos tempos e modos do processo de acumulação capitalista e, mais do que isso, ele se encontra em um momento truncado de sua própria evolução, pois superou o subdesenvolvimento, mas não tem as condições econômicas e políticas para avançar. O ornitorrinco é o impasse no processo de uma sociedade colonial que busca se constituir ou, melhor, formar-se, como um país, como uma nação integrada. Em outras palavras, a ideia de um processo cumulativo de esforços conscientes para construir uma nação integrada ao núcleo do capitalismo fracassou, pois ela não se completou e jamais esteve perto de se completar. As ideias de modernização, desenvolvimento e progresso que orientaram os esforços de formação nacional morreram na praia. Em vez de uma sociedade integrada nos moldes da social-democracia europeia, emerge um monstro social.

Como se caracteriza o ornitorrinco?

Altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo, dunque nenhum resíduo pré-capitalista; ao contrário, um forte agrobusiness. Um setor industrial da Segunda Revolução Industrial completo, avançando, tatibitate, pela Terceira Revolução, molecular-digital ou informática. Uma estrutura de serviços muito diversificada numa ponta, quando ligada aos estratos de altas rendas, a rigor, mais ostensivamente perdulários que sofisticados; noutra, extremamente primitiva, ligada exatamente ao consumo dos mais pobres. Um sistema financeiro ainda atrofiado, mas que, justamente pela financeirização e elevação da dívida interna, acapara uma alta parte do PIB. (...). Em termos de PEA ocupada, fraca e declinante participação da PEA rural, força de trabalho industrial que chegou ao auge na década de 1970, mas decrescente também, e explosão continuada nos serviços (OLIVEIRA, 2013, p. 132-133).

Em uma perspectiva econômica, o ornitorrinco apresenta uma colossal concentração de renda, é dependente de investimento externo e dominado pela financeirização. Aliado a isso, a despeito dos avanços, devemos destacar a precária e insuficiente infraestrutura de bens e serviços básicos como moradia, transporte, saúde, educação, cultura, tratamento de água e esgoto.

Trata-se, dessa forma, do desenvolvimento histórico da forma de acumulação capitalista na periferia que conseguiu superar o subdesenvolvimento clássico, mas

---

4 Em um programa de televisão, Chico de Oliveira chega a caracterizar o ornitorrinco como "um bichinho tão feio, uma espécie de equívoco da natureza (...), uma espécie de equívoco de Deus (...) algo mais esdrúxulo, só Darwin mesmo reconheceu que aquilo era um bicho". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nUFxcBYwKs8>>.

que aprofundou certas características que impedem maior desenvolvimento social, econômico e tecnológico. Quais são as causas estruturais do truncamento do ornitorrinco? Destacamos dois elementos que estão associados: a reestruturação produtiva e o neoliberalismo.

Ambos constituem o ordenamento do capitalismo contemporâneo cujos fundamentos principais são os seguintes: destruição da sociedade de trabalho integrado do tipo Estado do Bem-Estar Social<sup>5</sup> (aqui incluímos todo o rol de políticas de austeridade fiscal, redução do Estado na prestação de serviços públicos, redução da rede de proteção social compreendida como direito etc.), desregulamentação do mundo do trabalho (flexibilização, terceirização, redução de direitos), aumento brutal da produtividade via Terceira e Quarta Revoluções Industriais e controle em massa de populações (encarceramento, vigilância e militarização). Desse conjunto, Chico de Oliveira destaca as transformações do mundo do trabalho e o incremento tecnológico da Terceira e da Quarta Revoluções Industriais.

O novo quadro do processo de acumulação no núcleo orgânico do sistema-mundo está pautado em um desenvolvimento brutal das forças produtivas, elevando a produtividade do trabalho através do incremento da mais-valia relativa e, ao mesmo tempo, criando massas cada vez maiores de uma população que se integra ao sistema em trabalhos informais, precários e de baixo rendimento.

O ornitorrinco não tem possibilidades de acompanhar a ponta do processo porque as forças produtivas da Terceira e da Quarta Revoluções Industriais dependem de investimentos colossais em ciência e em tecnologia e, além disso, estão fortemente protegidas pelas patentes. Não é mais possível saltos tecnológicos como na Primeira e Segunda Revoluções. A periferia, e o ornitorrinco em particular, só pode copiar aquilo que já foi descartado e é obsoleto para o centro (OLIVEIRA, 2013, p. 139).

Esse quadro estrutural de realização da acumulação se agrava quando encontra na periferia um país passando por um processo de desindustrialização, cuja base econômica está assentada nas atividades primário-exportadoras: mineração, pecuária e agricultura. Portanto, uma sociedade com baixos índices de investimentos estruturais em educação, ciência, tecnologia, indústria, logo, sem condições de criar empregos qualificados e com maior renda para o trabalhador. Ocorre exatamente o contrário: a constituição de uma massa de trabalhadores que se divide entre o

---

5 Não é demais reforçar que não se trata de afirmar a existência de um Estado de Bem-estar no Brasil, ou na periferia do capitalismo que sabemos nunca foi almejado e muito menos concluído como tal, mas apenas oferecido de forma parcial, fragmentaria, desarticulada, à "conta-gotas" para uma restrita parcela da população que, entre o pós-guerra e o início da ditadura militar, experimentou uma tentativa de universalização da Previdência Social, viu avanços na área da saúde (com combate e prevenção a doenças endêmicas), no mercado de trabalho, com políticas salariais e de seguridade e no que diz respeito à educação como sua inclusão como política de Estado. No entanto, tudo isso permanece extremamente fragmentado e desigualmente distribuído dada a profunda desigualdade social e incapacidade das políticas sociais, ainda que promovidas pelo Estado, de serem acessíveis de modo universal diante desse quadro.

desemprego, o subemprego, a ocupação em tempo parcial, na qual a informalidade, baixa produtividade e baixo rendimento são a tônica.

O quadro da economia política se completa com a constatação da perda de capacidade das organizações da classe trabalhadora em seu poder para efetivar transformações estruturais que alterem a dinâmica do ornotorrinco. O rebaixamento da força de trabalho associado à dependência externa cria uma dinâmica que não é capaz de encerrar a reprodução truncada do ornotorrinco, a não ser que a política fosse resgatada da degradação parlamentar e eleitoreira. No entanto, essa possibilidade também é interdita, uma vez que as organizações dos trabalhadores rebaixaram seu horizonte de luta política.

A desestruturação do mundo do trabalho e impossibilidade política da classe trabalhadora de se organizar e agir através dos espaços institucionais do político tem um efeito a mais na dinâmica das classes sociais. Parte das camadas dirigentes de sindicatos e trabalhadores mais qualificados se converte em gestores de fundos públicos, previdenciários e de conselhos de administração de empresas públicas. Os trabalhadores que ascendem a estas funções passam a estar mais “preocupados com a rentabilidade de tais fundos, que ao mesmo tempo financiam a reestruturação produtiva que produz o desemprego” (OLIVEIRA, 2002, p. 146). Não se trata de uma fração da burguesia, uma vez que não possui meios de produção para a extração direta de mais valia, por outro lado, também não se tratam mais de trabalhadores pois sua função no processo produtivo é caracterizada pela coordenação de processos de controle e regulação do trabalho, bem como da administração de fundos públicos e privados. Nesse sentido, se apropriam de parcela da mais valia extraída dos trabalhadores o que os coloca como uma classe capitalista. Aqui devemos ressaltar as semelhanças com as formulações de João Bernardo (2009) sobre a existência de três classes sociais no capitalismo: duas capitalistas (a burguesia e os gestores) e o proletariado. Chico de Oliveira parece estar descrevendo o que João Bernardo (2009) chamou de classe de gestores.

Sobre esta, Oliveira afirma que

[é] isso que explica recentes convergências pragmáticas entre o PT e o PSDB, o aparente paradoxo de que o governo Lula realiza o programa de FHC, radicalizando-o: não se trata de equívoco, nem de tomada de empréstimo do programa, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e economistas doublés de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operados de fundos de previdência, núcleo do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento do mapa da mina (OLIVEIRA, 2002, p. 147).

E complementa mais tarde,

[a] nova classe tem unidade de objetivos, formou-se um consenso ideológico sobre a nova função do Estado, trabalha no interior dos

controles de fundos estatais e semiestatais e está no lugar que faz a ponte com o sistema financeiro (OLIVEIRA, 2003, p. 148).

A identificação desta nova classe é feita nos primeiros meses do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Ela aponta para a constituição de uma dinâmica política caracterizada mais por disputas eleitorais e partidárias entre PT e PSDB do que propriamente um conflito entre projetos societários distintos<sup>6</sup>. Isso significa dizer que apesar das diferenças de certas políticas ou reformas com maior ou menor grau de austeridade, controle dos gastos públicos, endurecimento com os movimentos sociais etc., os dois partidos são duas faces da mesma moeda, compartilham o mesmo solo: a gestão da desestruturação social através da assistência, o abandono de horizontes políticos de ruptura e transformação, a defesa das instituições burguesas e a aceitação de uma posição integrada e subordinada ao capitalismo global.

Quando Chico de Oliveira afirma que a “nova classe tem unidade de objetivos, formou-se um consenso ideológico sobre a nova função do Estado” ele está constatando o abandono da ideia de formação de uma sociedade nacional e a emergência de dois movimentos que se complementam: 1. a integração subordinada à globalização via fortalecimento do agronegócio, mineração e via cardápio de commodities; 2. A implementação de políticas de emergência para controlar e gerir a barbárie cotidiana através dos seguintes mecanismos: a. políticas focais de assistência no lugar dos direitos universais; b. políticas de transferência de renda, porém, sem alterar a estrutura de classes; c. uso dos aparatos legais (forças armadas e forças policiais) e ilegais (milícias, jagunços, pistoleiros) de segurança para conter a massa empobrecida e miserável através da violência, do encarceramento e do extermínio.

Os governos do Partido dos Trabalhadores deram origem ao que o cientista político André Singer (2012) identificou como lulismo, caracterizado, grosso modo, por relativos, porém importantes avanços nas políticas públicas de distribuição de renda, expansão universitária, aumento da capacidade de consumo das classes populares e, ao mesmo tempo, pela articulação com diversas porções do capital nacional que permitiram elevadas taxas de lucro e de acumulação por parte do capital, principalmente no setor agropecuário, financeiro e da construção civil. No plano político, se evidencia uma ampla conciliação de classes sem apontar para reformas estruturais, privilegiando políticas focais de emergência e não de universalização de direitos.

Os avanços conquistados e as expectativas geradas constituíram o que o economista Edmar Bacha denominou de “milagrinho brasileiro”: uma sinergia entre cenário externo favorável (principalmente a alta das commodities), políticas redistributivas e investimento público, conforme analisado pela economista Laura Carvalho (2018) em *A valsa brasileira*. Contudo, não ocorreram avanços estruturais na

---

6 Vale lembrar que em 14 anos de administração petista não foi feita a revogação de nenhuma reforma ou privatização importantes realizadas pelo governo FHC, assim como houve a manutenção do tripé macroeconômico (metas de inflação, câmbio flutuante e controle do gasto público através da busca de superavit fiscal).

oferta dos serviços públicos, na geração de empregos qualificados<sup>7</sup> e na dinâmica da distribuição da riqueza produzida<sup>8</sup>.

O “milagrinho brasileiro” foi a gestão capitalista da barbárie, uma contenção, um “freio de emergência puxado”<sup>9</sup> para evitar um processo ainda maior e mais rápido de degradação social, política e econômica. Além de ter funcionado, era absolutamente indispensável. Se, por um lado, o horizonte político é reduzido, por outro, não há como se contrapor a políticas básicas de manutenção da vida. Trata-se, na verdade, de ganhar tempo, de se prolongar ao máximo o processo de desintegração social cujo epicentro não é a política brasileira em si, mas a dinâmica global de acumulação capitalista.

O diagnóstico do ornitorrinco é duro:

(...) grupos de jovens nos cruzamentos vendendo qualquer coisa, entregando propaganda de novos apartamentos, lavando-sujando vidros de carros, ambulantes por todos os lugares; os leitos das tradicionais e bancárias e banqueiras ruas Quinze de Novembro e Boa Vista em São Paulo transformaram-se em tapetes de quinquilharias; o entorno do famoso e iluminadíssimo Teatro Municipal de São Paulo (...) exhibe o teatro de uma sociedade derrotada” (OLIVEIRA, 2013, p. 42. Grifos nossos).

### **Uma nova conjuntura se abre: junho de 2013**

Tomamos as Jornadas de Junho de 2013 como um evento que marca o início de uma nova conjuntura política na história brasileira. Trata-se, portanto, de um marco que aponta para a crise, desestabilização ou ruptura com certa estabilização

7 Segundo o economista Márcio Pochmann (2012), dos 2,1 milhões de empregos gerados nos governos Lula, 2 milhões remuneravam até, 1,5 salários-mínimos. Ao mesmo tempo, por conta da baixa remuneração e do aquecimento da economia, entre 2002 e 2012 foi registrada uma significativa queda na informalidade no emprego passando de 43,6% para 32,5%. No entanto, se forem incluídas as pessoas que trabalham por conta própria, os índices seriam de 59,8%, em 2002 e 49,6%, em 2012 (FILHO e MOURA, 2015).

8 Em 2002 o índice de concentração de renda no Brasil era de 0,589 e em 2014 era de 0,518.

Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=37818&module=M>>.

9 Sobre a alegoria do “freio de emergência” Michel Löwy explica: “Uma imagem profana resume, nas notas preparatórias, essa ideia, invertendo os lugares-comuns da esquerda ‘progressista’: ‘Marx havia dito que as revoluções são a locomotiva da história mundial. Mas talvez as coisas se apresentem de maneira completamente diferente. É possível que as revoluções sejam o ato, pela humanidade que viaja nesse trem, de puxar os freios de emergência.’ A imagem sugere, implicitamente, que se a humanidade permitir que o trem siga seu caminho – já inteiramente traçado pela estrutura de aço dos trilhos – se nada vier interromper seu curso vertiginoso, vamos rápida e diretamente para o desastre, o choque ou a queda no abismo”. (LÖWY, 2005, p. 93-94) e, mais adiante, complementa: “Benjamin se refere muitas vezes as classes oprimidas como os sujeitos da práxis emancipadora. Ora, na nota sobre o trem, é toda a humanidade que ‘puxa os freios de emergência’. Essa abordagem universalista que, sem dúvida, opõe-se ao corporativismo particularista de uma certa ideologia político-sindical, mas não necessariamente ao papel decisivo das classes sociais, permite repensar a emancipação social e a supressão da dominação do ponto de vista da multiplicidade dos sujeitos coletivos e individuais” (LÖWY, 2005, p. 156).

política e econômica que caracterizava o período anterior. Um evento que aponta para novas dinâmicas e processos, cuja característica central, a nosso ver, é a crise do lulismo e, conseqüentemente, da Nova República. Uma crise, veremos, de expectativas não realizadas, de descolamento entre a experiência concreta e o que se esperava. Uma crise cuja dinâmica central é a da luta de classes e a reprodução do capitalismo na periferia. A nova conjuntura inaugurada é caracterizada pelo aumento da conflitividade social, pelo aprofundamento da luta de classes e pela emergência da extrema-direita brasileira como protagonista política efetiva do processo histórico por meio da tomada das ruas, algo inédito até então.

Junho não foi responsável direto pelo golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em 2016, nem pela vitória de Jair Bolsonaro em 2018, mas foi ali que a crise do lulismo criou as brechas para um novo tempo histórico brasileiro, no qual a esquerda não conseguiu organizar e orientar a força e a energia social liberada pelas maiores manifestações da história contemporânea.

Em trabalhos anteriores analisamos em maiores detalhes a dinâmica das Jornadas de Junho (RODRIGUES, 2019; RODRIGUES; RAMOS, 2019). Não vamos retomar uma análise detalhada, nem realizar um balanço sobre a experiência em função do seu aniversário de dez anos. Vamos apenas explicitar alguns elementos que julgamos serem importantes para compreender o evento e, posteriormente, vamos explorar uma ideia que não tratamos no texto anterior, que diz respeito à questão do horizonte de expectativas.

Compreendemos as Jornadas de Junho como um resultado de diversos processos que possuem escalas próprias e historicidades particulares (MAIA, 2016). Assim, elas não se explicam por si próprias, não podem ser compreendidas como um fenômeno que se inicia e acaba em junho daquele ano. É necessário, portanto, identificar e articular elementos instituintes estruturais e conjunturais distintos que agem e influenciam processos e eventos em diferentes escalas e temporalidades.

Denominamos elementos instituintes aqueles fatores que diretamente influenciaram e condicionaram a emergência das Jornadas de Junho, em maior ou menor grau. Identificamos basicamente quatro elementos fundamentais para avançar na análise das Jornadas de Junho: 1. A questão urbana; 2. A conjuntura de início de crise política e econômica conjugada aos gastos com a Copa do Mundo, Copa das Confederações e Olimpíadas; 3. A violência da repressão policial em São Paulo no dia 13 de junho; 4. A ação de ativismos sociais de caráter autônomo vinculadas às lutas por transporte e mobilidade e dos coletivos contra a realização da Copa do Mundo e Olimpíadas;

Neste texto gostaríamos de explorar a ideia de que a luta pela redução das tarifas ocorreu em um momento histórico específico no qual o horizonte de expectativa<sup>10</sup> da sociedade brasileira não foi satisfeito: esperava-se um salto

---

10 Devemos ao historiador alemão Reinhart Koselleck (2012) o conceito de horizonte de expectativas. Para ele, o horizonte de expectativas, maior ou menor, mais próximo ou distante, remete ao futuro: a esperança, o desejo, o medo, a salvação, a danação etc.

qualitativo muito mais expressivo nas melhorias das condições econômicas e políticas, o que não aconteceu. A luta contra o aumento das tarifas serviu, ao nosso ver, como um espaço-tempo político que possibilitou a explicitação e manifestação popular contra as condições concretas de reprodução do capitalismo periférico do Ornitórrinco. Em outras palavras, a conjugação histórica entre uma luta concreta que ocupou o espaço público e a dissolução de uma expectativa não realizada. Deste encontro, a luta que já existia nas ruas do Brasil serviu como um convite à ação para a expressão da inconformidade com o estado real e concreto das coisas: o descompasso entre Política e Político, entre o instituído e o instituinte.

Talvez a melhor imagem que representa a expectativa gerada pelos governos do Partido dos Trabalhadores seja a capa da revista liberal *The Economist* (novembro de 2009) mostrando o Cristo Redentor decolando com a chamada “Brazil takes off”. A decolagem, em 2009, um ano depois da maior crise global do sistema capitalista, era um sinal de que o Brasil, finalmente, superaria sua condição histórica de periferia e iniciar sua jornada de forma consistente e sustentada para o centro orgânico do capitalismo, embora geopoliticamente em uma posição ainda subordinada. A euforia estampada na capa de uma das mais importantes revistas do mainstream liberal não pode ser ignorada. E, mais do que isso, era compartilhada pela esquerda progressista e institucional, ou seja, aquela que coloca todas as suas fichas nas eleições, instituições, planos de governo etc. Mais importante do que a euforia liberal ou da esquerda institucional, era a expectativa legítima e concreta que existia por parte da sociedade. Bem ou mal, com ou sem fundamentos, era fato de que existia uma atmosfera de esperança no futuro imediato, existia a convicção de que era possível fazer planos, ter sonhos e de que esses tinham potencial concreto para se realizar. Isso não é pouca coisa e não deve ser desprezado na análise. No entanto, como já demonstrado pelos autores que nos orientam, os fundamentos dessa expectativa tinham pés de barro, pois as condições materiais, econômicas e políticas para manter e reproduzir o modelo eram estruturalmente limitadas.

A expectativa, portanto, foi alimentada pela ampliação do emprego formal, aumento da capacidade de consumo das famílias, o que permitiu financiamento para aquisição da casa própria, a realização de reformas no imóvel (alugado ou próprio), a compra de eletrodomésticos, ampliação dos gastos com serviços de terceiros, compra de automóveis e maior acesso das classes populares às universidades – em função de diferentes programas como o Prouni, o Reuni e a ampliação da política/lei de cotas. Houve, concretamente, a melhoria das condições materiais e de maior acesso à educação, principalmente superior, o que fundamentava a expectativa de ampliação das conquistas sociais.

Aqui se encontra a limitação estrutural que dissolveu o horizonte de expectativas: não houve o avanço esperado na oferta e na qualidade dos serviços

---

Sobre a expectativa, “também ela é ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro e presente, voltado para o ainda-não, para o não-experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem” (KOSELLECK, 2012, p. 310).

públicos (transporte, habitação, educação, saúde, limpeza, iluminação), a questão da violência se agravou, a dinâmica da política institucional não foi alterada. Em outras palavras, necessidades centrais da vida cotidiana não foram atendidas e a dinâmica política que sustentou a Nova República e o lulismo foram colocadas em xeque.

Em uma das inúmeras lives que ocorreram para realizar um balanço crítico de Junho de 2013, o historiador Jones Manoel chama a atenção para a propaganda eleitoral do então candidato do PT Fernando Haddad para a prefeitura de São Paulo em 2012<sup>11</sup>. Na peça publicitária, aos 1'37", o então candidato afirma que "nos governos Lula e Dilma o paulistano viu sua vida melhorar para melhor da porta pra dentro de casa. Tem mais emprego, mais comida, mais eletrodoméstico. Mas, da porta pra fora, que é onde a prefeitura atua, a história foi bem diferente, especialmente para os mais pobres". Não há dúvidas de que a prefeitura tem suas responsabilidades, mas não deixa de ser curiosa essa espacialização rígida das responsabilidades dos diferentes poderes executivos, na qual, aparentemente, o Governo Federal não tem responsabilidades da porta de casa para fora.

Se a questão urbana por si só não explica Junho de 2013, sem ela é impossível compreendê-lo. E a peça publicitária de 2012 de Fernando Haddad explicita todas as contradições que apareceram durante as Jornadas: o transporte, a saúde, a educação, a segurança, os gastos com a Copa das Confederações, Copa do Mundo e Olimpíadas, as remoções forçadas e a crítica ao status quo da política brasileira.

Uma pesquisa do Ibope, encomendada pela Rede Globo<sup>12</sup> perguntou aos entrevistados qual a razão das manifestações, ou seja, o que levou a pessoa a se manifestar. A pesquisa apresenta dois resultados, o primeiro, quando era considerado apenas o primeiro motivo e o segundo, quando a pesquisa somou o resultado das três causas mais citadas pelos entrevistados. Em relação ao primeiro resultado, a pesquisa mostra que a principal causa que levou as pessoas às manifestações foi o transporte público (37,6%), no entanto, seguida de perto pelo ambiente político (29,9%, o que inclui o combate à corrupção). Outras causas apontadas foram saúde (12,2%), educação (5,3%), gastos com Copa do Mundo e Olimpíadas (4,5%). No entanto, quando a pesquisa apresenta o resultado das três principais causas para as manifestações, ambiente político aparece na frente com 65% e transporte público com 53,7%.

11 Primeiro programa de Fernando Haddad na TV, Eleições 2012, Horário Eleitoral, canal pensenotv/@pensenotv. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KVonaLj0PoA>>. Acesso em 22/11/2023.

12 "Veja pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes. Fantástico mostrou quem são e o que querem os que saíram às ruas. Transporte e política são razões principais apontadas por eles". 24/06/2013 21h32 – Atualizado em 24/06/2013 21h45, do G1, em São Paulo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. A pesquisa foi feita nas capitais de sete estados (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) e em Brasília na quinta-feira, dia 20/06/2013. Foram entrevistados 2002 manifestantes com 14 anos ou mais, com margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos.

O que seria o ambiente político destacado nas pesquisas? Em primeiro lugar, a avaliação da população de que a classe política brasileira é incapaz de realizar as transformações necessárias para a melhoria geral das condições de vida da população. Nessa perspectiva, é dominante no imaginário social que a classe política coloca em primeiro e segundo lugares os seus interesses privados de acumulação de poder e enriquecimento em detrimento das necessidades do país.

Em segundo lugar, as pessoas não acreditam que participam efetivamente do processo de tomada de decisões: o ato de votar não significa, efetivamente, participar das tomadas de decisões que transformam a vida. Nesse sentido, o voto torna-se um cheque em branco dado a alguém cujas ações não podem ser fiscalizadas, cobradas e, via de regra, não estão de acordo com o projeto apresentado na propaganda eleitoral. O eleitor sente-se enganado e traído por não ver as ações colocadas em prática por aquele ou aquela que recebeu seu voto. As promessas realizadas pelo progressismo, seja de esquerda, seja de direita, nunca são realizadas. Eleição após eleição pouco ou quase nada muda. A sensação é de que as eleições não são para valer, pois não transformam as estruturas da realidade. O desdobramento disso é a desconfiança generalizada nos procedimentos da democracia representativa e em suas instituições, principalmente em relação aos partidos e aos políticos profissionais. Como bem coloca Maia (2016, p. 132), a "população, quando ataca (violentamente ou não) os partidos, está, via de regra, rejeitando os partidos políticos em geral, os políticos profissionais, a política parlamentar como vem sendo feita desde a promulgação da constituição de 1988". Esse dado é crucial para os desdobramentos políticos.

A energia social liberada nas manifestações não foi compreendida pela esquerda institucional, que, de forma dominante, se colocou contra as manifestações: o então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, que meses antes estrelava a peça publicitária onde fazia a crítica à ação da prefeitura, quando teve a oportunidade, não revogou imediatamente o aumento das passagens, não propôs ou elaborou nenhuma política efetiva de mobilidade diante da pressão popular. Mesmo com milhões de pessoas nas ruas, o prefeito não ousou mexer com os interesses das empresas de ônibus da maior cidade do Brasil. Assim, em vez de ousar, de acolher as manifestações populares, a esquerda institucional, de forma geral, escolheu a manutenção da ordem. Essa escolha teve um preço elevado: quando uma energia social de tal natureza não é acolhida e politizada, outros farão isso. Portanto, ainda que Junho não tenha sido o ovo da serpente da extrema-direita, algo ocorreu neste momento, em que certas brechas foram abertas, certas energias liberadas e, ao longo do processo histórico, culminaram na ascensão fascista no Brasil.

### **Depois de Junho: as transformações do Ornitorrinco**

Crise não é sinônimo de fim. Dilma Rousseff e o PT não foram derrubados em 2013. Entre março e junho, durante as manifestações, a popularidade da presidenta cai de 65% (bom e ótimo) para 30%. No entanto, em dezembro alcança o índice de

41% e se mantém nesse patamar até as eleições de 2014<sup>13</sup>. Uma das faces da crise do lulismo é o surgimento de uma mobilização social clara, ativa e obstinada contra o projeto petista. Tal mobilização toma corpo exatamente no ano das eleições presidenciais, nas quais a presidenta tenta a reeleição. Nessa perspectiva, 2014 também é um ano chave.

Se 2013 marca o início das brechas, 2014 explicita o conflito social que vai caracterizar a sociedade brasileira até hoje. A disputa eleitoral e social fica antagonizada entre o projeto lulista e uma frente que aglutina forças conservadoras e liberais ainda polarizadas no PSDB clássico, aquele ainda liderado por tucanos históricos como Fernando Henrique Cardoso, Geraldo Alckmin, José Serra e Aécio Neves. Houve, de fato, a mobilização de parte significativa da sociedade brasileira que se colocava frontalmente contra o projeto lulista, o que se expressou nos números finais da eleição: Dilma Rousseff vence Aécio Neves (PSDB), por uma diferença de 3,28% dos votos válidos e deixa para trás um patrimônio de 51.041.155 de votos depositados no tucano.

É exatamente este patrimônio eleitoral que embala o primeiro pronunciamento do senador Aécio Neves na tribuna do Senado Federal, no dia 5 de novembro de 2014<sup>14</sup>. O discurso é caracterizado por dois elementos: primeiro, o ponto institucional de inflexão da luta social no Brasil, localizado e explicitado por meio de um conteúdo político, econômico e cultural condizente a um projeto anti-lulista e baseado nos já conhecidos pilares do neoliberalismo brasileiro. Todavia, dessa vez, acompanhado de um novo dado: a ideia da corrupção sistêmica, incontornável e fisiológica do Partido dos Trabalhadores. Tal argumento se torna um dos principais componentes da luta política no Brasil.

O segundo elemento, a constatação de que o discurso do senador é uma convocação para uma oposição incansável, não apenas ao governo reeleito, mas, fundamentalmente, ao seu projeto de poder. Isso significa que tal convocação não se limita às dinâmicas institucionais, mas é extensível a toda a sociedade, colocando o conflito no centro da vida social, pública e privada, não mais apenas no ambiente parlamentar. A luta política se recoloca<sup>15</sup>.

---

13 "Avaliação positiva de Dilma despenca de 42% para 23%, diz Datafolha. Rejeição da presidente teve efeito inverso; saltou de 24% em dezembro para 44% em fevereiro. Para 77% dos entrevistados ela sabia do escândalo na Petrobras". O globo, 07/02/2015 - 17:21 /Atualizado em 07/02/2015 - 19:14. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/avaliacao-positiva-de-dilma-despenca-de-42-para-23-diz-datafolha-15276882>>.

14 "Aécio Neves faz seu primeiro discurso em Plenário após a campanha eleitoral. Canal da TV Senado". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DtduYs1zbAl&t=469s>>.

15 Além do discurso, em dezembro de 2014, o PSDB ingressa com uma ação no Tribunal Superior Eleitoral, em dezembro de 2014, solicitando a cassação da chapa eleita por abuso de poder econômico. A ação foi arquivada, posteriormente reaberta pelo TSE em outubro de 2015 e, finalmente, julgada em 2017. A iniciativa de se tentar cassar o mandato da chapa eleita para a presidência da República era inédita na história. Seria o indicativo de que algo havia mudado nas regras do jogo eleitoral e político brasileiro.

A vitória nas eleições de 2014 teve como elemento crucial a defesa de um programa minimamente popular e marcado pela crítica à austeridade e reformas liberais. No entanto, em 2015, o governo Dilma Rousseff inicia uma mudança na política econômica cujo elemento central é a austeridade e o maior símbolo desta guinada é a nomeação de Joaquim Levy para Ministro da Fazenda, um conhecido liberal da política brasileira.

O programa que foi eleito em 2014, destarte, não tomou posse em 2015, e isso foi fatal (MANOEL, 2023). Vejamos qual foi a análise do Partido dos Trabalhadores, em sua *Resolução sobre Conjuntura* de 17 de maio de 2016<sup>16</sup>, sobre o *ajuste fiscal* de 2015:

O ajuste fiscal, além de intensificar a tendência recessiva, foi destrutivo sobre a base social petista, gerando confusão e desânimo nos trabalhadores, na juventude e na intelectualidade progressista, entre os quais se disseminou a sensação, estimulada pelos monopólios da comunicação, de estelionato eleitoral. A popularidade da presidenta rapidamente despencou. As forças conservadoras sentiram-se animadas para buscar a hegemonia nas ruas, pela primeira vez desde as semanas que antecederam o golpe militar de 1964 (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2016, p. 7).

A conflitividade que caracterizou a campanha de 2014 e começou a tomar corpo social organizado em 2015 é potencializada pelo ajuste fiscal petista. A crise econômica que atingiu o segundo mandato de Dilma Rousseff surge como a base material sobre a qual as forças políticas da direita brasileira vão se aglutinar. Soma-se a isso o discurso anticorrupção, materializado na Operação Lava-Jato. O resultado concreto é o fortalecimento orgânico das direitas brasileiras que iniciam as mobilizações pelo impeachment da presidenta em 2015 e adentrando 2016.

No andar de cima, entre as elites tradicionais brasileiras, a questão que se coloca é viabilizar a "Ponte para o Futuro", um programa de reestruturação política e econômica lançado pelo PMDB, partido do então Vice-Presidente da República, Michel Temer, no final de 2015<sup>17</sup>.

O documento nada mais era do que a expressão institucional da luta de classes e a retomada das reformas neoliberais nas cores verde e amarelo. A implementação da Ponte para o Futuro dependia, em primeiro lugar, da retirada da presidenta Dilma Rousseff. Articulações feitas, golpe iniciado, a chefe do executivo é acusada de praticar "pedaladas fiscais"<sup>18</sup> e editar decretos de créditos suplementares sem a

16 "O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, reunido no dia 17 de maio de 2016 em Brasília/DF, aprova a seguinte resolução política: RESOLUÇÃO SOBRE CONJUNTURA". Disponível em: <[https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Resolu-\\_-\\_-es-sobre-conjuntura-Maio-2016.pdf](https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Resolu-_-_-es-sobre-conjuntura-Maio-2016.pdf)>.

17 UMA PONTE PARA O FUTURO. Fundação Ulysses Guimarães, PMDB, Brasília, 29 de outubro de 2015. Disponível em: <[https://www.mdb-rs.org.br/fl\\_adm/uploads/documentos/Uma\\_ponte\\_para\\_o\\_futuro.pdf](https://www.mdb-rs.org.br/fl_adm/uploads/documentos/Uma_ponte_para_o_futuro.pdf)>.

aprovação do Congresso, o que seria considerado crime de responsabilidade, passível de impeachment. E assim foi.

O presidente da Câmara dos Deputados à época, Eduardo Cunha, aceita o pedido de impeachment e dá início ao processo que culmina no desfile de horrores da sessão que vota a aprovação afastamento. Sessão esta em que o então deputado Jair Messias Bolsonaro dedica seu voto pelo impeachment ao torturador da ditadura Coronel Brilhante Ustra.

Aquele voto, proferido em cadeia nacional em 17 de abril de 2016 sem qualquer constrangimento ou repreensão imediata ou posterior, é ponto de inflexão da história brasileira e marca a emergência da extrema-direita na cena política brasileira. Após seis dias de julgamento, o Senado decidiu em 31 de agosto de 2016 pelo impeachment de Dilma Rousseff. A presidenta teve cassado o seu mandato, mas manteve os direitos políticos.

Em outro front, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva vira réu na Operação Lava Jato, em julho de 2016. Em uma velocidade surpreendente para a dinâmica do judiciário brasileiro, o processo tramitou e Lula é condenado em primeira instância apenas um ano depois, em julho de 2017. Em janeiro de 2018 o ex-presidente tem sua condenação em segunda instância pelo Tribunal Regional Federal (TRF-4), além da pena aumentada de 9 anos e seis meses para 12 anos e um mês de prisão. Lula é preso em 7 de abril de 2018.

Diante da condenação em segunda instância e em acordo com a Lei da Ficha Limpa, Lula não pode concorrer às eleições no final do ano de 2018. E, dessa forma, o maior líder político da esquerda institucional brasileira é retirado das eleições. Está completo o quadro de derrota institucional do Partido dos Trabalhadores e sua exclusão do tabuleiro eleitoral. No entanto, o que se passava no andar de baixo é o ponto central.

O primeiro ponto a ser destacado é o papel da violência na conformação e mediação das relações sociais no Brasil contemporâneo. É óbvio que a violência é elemento estrutural e de longa duração, não se trata de uma novidade, mas ela ganha qualidades específicas no Brasil urbano a partir da consolidação do tráfico de drogas como elemento estrutural da dinâmica criminal no Brasil, na década de 1980. Em uma perspectiva sócio-espacial, chamamos a atenção para aquilo que Marcelo Lopes de Souza chamou de "formação de enclaves territoriais pelo tráfico de drogas de varejo" (SOUZA, 2005, p. 180). Sublinhamos a importância da obra do autor que, nas décadas de 1990 e 2000, produziu diversos trabalhos que analisaram os impactos da violência, particularmente do tráfico de drogas, na dinâmica sócio-espacial das metrópoles brasileiras. Podemos encontrar, nessas obras, parte da dimensão espacial do Ornitórrinco.

---

18 "Apelido dado a um tipo de manobra contábil feita pelo Poder Executivo para cumprir as metas fiscais, fazendo parecer que haveria equilíbrio entre gastos e despesas nas contas públicas". Agência Senado. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedalada-fiscal>.

Uma das características desta espacialidade é aquilo que o autor chama de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial (SOUZA, 2005 [2000]). O conceito busca explicitar e expressar a espacialidade de um tipo de dinâmica social que emerge e se consolida entre as décadas de 1980 e 1990, na qual o espaço urbano é caracterizado por três processos concomitantes e articulados: 1. a territorialização do tráfico de drogas em favelas e periferias; 2. a autossegregação de elites e classes médias em condomínios e espaços fechados; 3. a anemia do espaço público.

O que emerge é uma cidade atravessada por diversos tipos de poderes em que os padrões de segregação sócio-espacial não são apenas mais complexos, mas caracterizados pelo aumento quantitativo e qualitativo dos conflitos sociais e pela desestruturação das relações de sociabilidade em um espaço comum, sendo substituídas por um espaço fragmentado e mediado, a todo momento, pela violência em si ou pela possibilidade da sua manifestação (SOUZA, 2005, p. 217). Assim, a violência se torna um elemento estrutural na organização da dinâmica sócio-espacial e condiciona o conteúdo das formas de sociabilidade. Se a violência se torna um elemento central, a sociabilidade assume, necessariamente, um caráter violento, seja na sua constituição efetiva ou na expectativa da concretização da violência. Em qualquer uma das possibilidades, seja na violência em ato ou potencial, os conflitos decorrentes deste processo tornam-se mais complexos e agudos, assim como caracterizam a emergência de novos sujeitos que se tornam protagonistas.

A fragmentação do tecido sociopolítico-espacial se agrava ao longo dos anos 2000. Há uma intensificação da conflitividade e ampliação da presença da violência (potencial ou em ato) nas relações sociais. Este aprofundamento engendra um processo de militarização da questão urbana, culminando na emergência daquilo que Souza (2008) denomina de fobópole. Como o autor salienta, as sensações de medo e insegurança são sempre relativas a outros momentos no tempo. Ao que parece, o medo e a insegurança são elementos que constituem a experiência histórica de cidade no Brasil contemporâneo. A espessura histórica desse processo, que condiciona nossas experiências e ações a partir do medo e da insegurança causados pelo incremento da violência, levou o autor a cunhar a ideia de fobópole, a cidade do medo generalizado.

A militarização da questão urbana, em um sentido amplo, é caracterizada pela emergência e disseminação de diferentes sujeitos sociais organizados e mobilizados a partir de uma lógica militar para controlar, coagir e defender territórios e suas populações (SOUZA, 2008). A cidade é pensada como um território em disputa: ele deve ser protegido dos inimigos e, ao mesmo tempo, deve ser controlado. A sensação de violência ganha um novo conteúdo: para combatê-la, a sociedade lança mão de mais violência através da proliferação e incremento dos aparatos de vigilância e repressão. Assim, tal militarização não se restringe à intensificação das práticas de vigilância e violência pelo Estado e suas forças de segurança e repressão, mas também pelos grupos e organizações de caráter paramilitar, que operam nessa lógica, como as empresas de segurança privada, as milícias e as organizações

criminosas que tiveram sua origem no tráfico de drogas e que ampliaram suas atividades (FELTRAN, 2011 e 2018; MANSO, 2020 e 2023).

A cidade como um território em disputa, fragmentado e fraturado por inúmeras fronteiras, palco de todo tipo de ação violenta e criminosa, constitui a experiência histórica da fobópole. Muda-se qualitativamente a relação da sociedade com a violência e o medo causado por ela: em uma situação que não é caracterizada por uma guerra ou guerra civil convencional, o medo e a violência são estruturantes da sociabilidade cotidiana, estão presentes em todos os espaços o tempo todo, em ato ou como possibilidade. Assim, essa é a dinâmica urbana, principalmente metropolitana, do ornitorrinco: um cotidiano marcado pelo medo generalizado e pela insegurança.

Neste quadro geral devemos sublinhar que favelas e periferias são aqueles territórios-lugares<sup>19</sup> que sofrem de forma mais intensa a dinâmica da fobópole, onde a violência é mais ato do que potencial. É o cotidiano do “esculacho”, do “arrego”, das operações policiais, do caveirão<sup>20</sup>, das barricadas, do sobrevoo de helicóptero, crianças se escondendo no corredor das escolas, balas perdidas, chacinas, invasões, tiroteios, justicamento, taxa de proteção, controle de bens e serviços por grupos armados (gás, internet, tv por assinatura, transporte, moradia), tantos exemplos. Não custa lembrar da propaganda do então candidato a prefeito: a vida melhorou da porta da casa para dentro, enquanto do lado de fora dominam a humilhação, o desemprego, a precariedade e as promessas não cumpridas, ou seja, a democracia e a integração social via trabalho não se realizaram. São as dinâmicas destes territórios-lugares que nos interessam para compreender as mudanças no ornitorrinco e como chegamos ao atual quadro.

O principal produto desses territórios-lugares é o medo. Medo resultado do desamparo, da desesperança. Medo de se perder o pouco que se tem. Associado à descrença na palavra e nas promessas do outro esse medo, se torna um motor para a produção de subjetividades violentas e autoritárias, inclusive na política.

Aqui, vale lembrar a entrevista do rapper Mano Brown para o jornal *Le Monde Diplomatique Brasil* em janeiro de 2018<sup>21</sup>: “O governo Lula deu condição pro povo ter

19 Um mesmo substrato material pode ser compreendido como território e lugar ao mesmo tempo. A experiência concreta nos mostra que favelas e periferias são territórios na medida em que são espaços definidos por e a partir relações de poder, nos quais predominam certas leis, normas e regras e, ao mesmo tempo, é o espaço vivido, apropriado, referência simbólica e afetiva onde a vida se dá: as amizades, os amores, as tristezas, a memória (cf. SOUZA, 2013). Daí usarmos o recurso do hífen.

20 Veículo blindado comumente utilizados pelas polícias militares para incursões em favelas e chamados “territórios conflagrados”.

21 Vídeo – Mano Brown, um sobrevivente do inferno – Entrevista completa. “Em entrevista exclusiva ao *Le Monde Diplomatique Brasil*, o rapper e compositor dos Racionais MCs, Mano Brown, analisa carreira e as transformações sociais e culturais do Brasil nos últimos trinta anos”. Canal Racionais TV. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gMT9cXizDYQ>> (a partir dos 16 minutos). Texto – Edição 126 de *Le Monde Diplomatique Brasil*, Um sobrevivente do inferno. “Em entrevista exclusiva ao *Le Monde Diplomatique Brasil*, rapper analisa carreira e as transformações sociais do Brasil nos últimos trinta anos:

as coisas e depois esse *povo quer polícia para defender essas coisas*". Em outra passagem ele afirma: "ninguém acredita mais em ninguém. O povão quer segurança. *Daqui a pouco você vai ver o que o povão vai querer. Vão pedir o Exército e já era. A gente tem medo de ladrão, medo de não sei o quê, medo disso e daquilo...*" (grifos nossos).

Além da proteção pelas armas, o fortalecimento e a disseminação da proteção pela fé, especialmente na perspectiva neopentecostal alicerçada na teologia da prosperidade, cujo fundamento de crer como condição para prosperar, se articula com a subjetividade neoliberal contemporânea do empreendedor de si: através da fé e do esforço individual, a prosperidade será a recompensa.

A consequência histórica deste processo no Brasil foi a emergência e constituição de uma força política e subjetiva baseada, fundamentalmente, em uma teologia política de purificação da nação. Tal processo de purificação passa pela destruição de tudo aquilo que representa ou remete às promessas progressistas não realizadas de um lado (igualdade, desenvolvimento, progresso, direitos humanos, razão, ciência, arte, cultura), e também a destruição de tudo que é considerado impuro e desviante de uma perspectiva da moral religiosa cristã (corrupção, "ideologia de gênero" que inclui o feminismo e o movimento LGBTQIA+, o vício, o progressismo e o globalismo "esquerdizantes", portanto comunistas e "crisofóbicos", a defesa dos territórios tradicionais e povos originários, vistos como obstáculos ao "desenvolvimento" e fronteiras missionárias em aberto)). Trata-se, efetivamente, da ideia de purificação da nação, como nos mostra Gabriel Feltran (2021).

Ao nos indagarmos sobre o protagonismo desta cruzada, Gabriel Feltran ajuda a pavimentar o caminho para uma resposta ao descrever os líderes desta cruzada, os jagunços segundo a caracterização de Antonio Prata (2019)<sup>22</sup>. Os jagunços são aqueles que sempre fizeram o trabalho sujo para que as elites tradicionais mantivessem não só seus privilégios, mas também suas "mãos limpas". São considerados rudes, ignorantes, mal-educados, sujos, feios, inadequados. Não se parecem com a elite, mas também não se identificam exatamente com a ralé que executa o trabalho braçal, no campo e na cidade. Por viverem nessa fronteira e desempenharem essa "mediação", sempre foram responsáveis por manter o cabresto dos de baixo bem curto, evitando conflitos e amortecendo tensões entre a elite e os "de baixo" não pelo consenso, mas pela violência.

Os jagunços modernos são policiais, bombeiros, suboficiais militares, pastores, seguranças, vigilantes profissionais, agenciadores, capatazes e afins. Aqueles que não atravessam os salões da Casa Grande, mas que mantinham as coisas em ordem para

---

<sup>21</sup>Vejo muitos negros querendo falar de outras coisas. O branco vai entender isso também, mas vai demorar um pouco", por Guilherme Henrique, Henrique Santana e Nadine Nascimento, 8 de janeiro de 2018. Disponível em: <<https://diplomatiq.org.br/um-sobrevivente-do-inferno/>>.

<sup>22</sup> "#minhaarmaminhasregras. Enquanto o mar quebrava na praia, os jagunços faziam o trabalho sujo". Por Antônio Prata para Folha de São Paulo. 10.nov.2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/antonioprata/2019/11/minhaarmaminhasregras.shtml>>.

o bom andamento dos banquetes e festas. Os jagunços, entretanto, ganharam vontade própria, conquistaram autonomia, se libertaram dos Senhores e dos Coronéis sem farda e, agora, almejam se sentar à mesma mesa com os patrões.

O que emerge daí são as formas mais elementares de relação de poder nas favelas e periferias: a constituição de redes de poder baseadas na violência e coerção em todos os espaços e as diferentes esferas do cotidiano. No espaço público, os conselhos municipais (segurança, saúde e tutelares, por exemplo), as câmaras municipais e estaduais dominadas e controladas por policiais, bombeiros, oficiais e suboficiais das forças militares, pastores e lideranças religiosas. No espaço privado-público, a interface entre a rua e a casa os espaços e sociabilidade e de trocas, como o espaço da igreja onde o pastor regula as normas da vida social através da religião e que adentra as casas de forma capilar ou mais explícita com as "células"; na extensão das casas, na rua, nos bairros o "ordenamento", a segurança, o comércio e alguns serviços são mantidos por facções, milícias ou segurança privada. No espaço doméstico a liderança masculina é inquestionável e, quando questionada ou subvertida leva, muitas vezes a situações de violência difícil de combater. Enfim, o cotidiano é constituído por uma sociabilidade cujo motor fundamental é a violência, o autoritarismo, a coação.

O personagem que conseguiu se colocar como a liderança jagunça e articular politicamente essa subjetividade foi o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Sua viabilidade política se deu, em primeiro lugar, pelo seu carisma, atributo indispensável para qualquer liderança popular ter viabilidade eleitoral. Em segundo lugar, pelo apoio político e instrumental do partido armado: os militares, diga-se, gerais e coronéis. Estes encamparam o então capitão como seu candidato e colocaram o aparato de segurança e repressão à sua disposição. Em terceiro lugar pelo apoio das forças policiais com intensa capilaridade social, principalmente as Polícias Militares e Civis. Por fim, o pilar religioso, com inserção orgânica dos pastores neopentecostais. Essa é estrutura de poder que viabilizou a candidatura e a vitória de Jair Messias Bolsonaro.

E qual era o projeto bolsonarista? Refundar o sistema político, denominado pela "velha política", caracterizado pela corrupção, favores, toma lá dá cá e controlada por políticos tradicionais, acabar com a burocracia e as amarras à livre iniciativa, proteger a propriedade privada de qualquer ameaça como ocupações e desapropriações, privatizar tudo que for possível, extinguir a política de direitos humanos que "protege bandidos e criminosos", desmontar a assistência e as políticas sociais, como bolsas, cotas e auxílios que "estimulam a preguiça e o privilégio das minorias". Não há espaço para a diferença, é uma nação unida sob uma única forma de sociabilidade moralista e autoritária. Quem não se adequa é convidado a se retirar ou encarar as consequências. Algo que foi devidamente explicitado no lema do governo de Jair Bolsonaro: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos".

Em um jantar na embaixada brasileira em Washington, em 2018, que contou com a presença de diferentes lideranças sociais, políticos e intelectuais conservadores, (ultra)liberais e (ultra)conservadores, o ex-presidente, Jair Bolsonaro

afirma: “o Brasil não é um terreno aberto em que nós pretendemos construir coisas para nosso povo. Nós temos que desconstruir muita coisa, desfazer muita coisa. Para depois então começarmos a fazer”<sup>23</sup>. A desconstrução, nesse caso, é a destruição das instituições e políticas públicas. Nesse sentido, foi cristalino o processo de degradação da máquina pública realizado pelos ministros destinados, especialmente, às pastas da Educação, Saúde, Relações Exteriores, Ciência e Tecnologia, Cultura (que foi uma secretaria com status de ministério) e Meio Ambiente (talvez o caso mais escandaloso de todos).

E o povo?

O povão assujeitado por jagunços e elites não é, nesse projeto, sujeito de nada. Ele deve assistir à mudança e ser redimido, ao final da guerra “revolucionária” hoje em andamento, mantendo-se confiante e calmo. O povo apenas teria a oportunidade de viver essa comunidade redimida, chamada de “pátria cristã” nessas redes, ponto de chegada das transformações em andamento. (FELTRAN, 2021, p. 232-233)

É esse processo, de baixo para cima, que explica a ascensão do bolsonarismo. As elites e classes médias aderem a esse processo e não o contrário. Assim, liberais, empresários, banqueiros e a mídia hegemônica aderiram ao projeto, imaginando que poderiam domar e controlar o capitão do Exército. E perceberam que isso não era possível.

### **Para arrematar: onde estamos?**

Foi este projeto que venceu as eleições presidenciais e legislativas em 2018. Venceu as eleições municipais, especialmente nas casas legislativas, em várias cidades em 2020. Perdeu a eleição presidencial, mas ganhou as eleições legislativas em 2022. O bolsonarismo não é um fenômeno meramente eleitoral e não foi derrotado em 2022. Ele representa um tipo de sociabilidade e de afeto político, uma subjetividade e uma economia políticas baseadas na violência, autoritarismo e destruição.

As bases materiais e espaciais do bolsonarismo são, em primeiro lugar, as favelas e periferias entregues à violência criminal e militarizada e, também, dominadas por uma ideologia cristã-evangélica neopentecostal. Tais espaços irrigados com dinheiro de todo tipo de atividade criminosa – tráfico, internet, gás, transporte, imóveis, grilagem, roubo, desmanches, “segurança” – somado às políticas de assistência social (bolsa família, benefício de prestação continuada, auxílios etc.), possibilitam aos jagunços um significativo acúmulo de capital, que se converte em exercício de poder.

---

23 “Nós temos é que desconstruir muita coisa, diz Bolsonaro durante jantar”. Canal RIT Notícias (a partir dos 2 minutos). Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=G9vNsdK6\\_oA](https://www.youtube.com/watch?v=G9vNsdK6_oA)>.

Em segundo lugar, tais bases materiais estão diretamente associadas à economia primário-exportadora e ao neoextrativismo (SVAMPA, 2019) que disseminam esse projeto pelo território, carregando com ele não apenas a destruição dos ecossistemas, mas também das formas plurais de ser e viver, representadas por populações indígenas, ribeirinhas, quilombolas, camponesas etc.

Como bem demonstra Bruno Malheiro (2023) em *As Geografias do bolsonarismo*, junto com a soja chegam o clube de tiro, a igreja evangélica, as feiras agropecuárias, as redes atacadistas de supermercados, os sindicatos patronais, que conformam um tipo de sociabilidade e impõem novas. E, como bem argumenta o geógrafo, não é possível a expansão acelerada deste projeto sem a violência e o autoritarismo.

Não é difícil imaginar o grau de violência e autoritarismo que se abateu sobre a Amazônia, por exemplo, durante os quatro anos de governo Bolsonaro com a instrumentalização de órgãos como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Exército, apenas para listar alguns, que deveriam conter a degradação, mas foram sujeitos ativos na disseminação deste projeto. Sem contar com as forças de repressão e violência tradicionais vinculados à exploração de madeira, mineração e monoculturas.

Não bastasse tudo isso, passamos pela pior crise sanitária dos últimos 100 anos, cuja gestão bolsonarista foi intencionalmente catastrófica. Na ocasião (RODRIGUES, 2022), denominamos política da cova rasa o amplo conjunto que envolve entes federativos (estados, municípios e, principalmente, o governo federal), organizações de classe, capitalistas, políticos e instituições (leigas e religiosas), ligados organicamente ao bolsonarismo, que não realizam nenhum tipo de combate efetivo à pandemia e contribuem para o seu agravamento. Ela é caracterizada pela omissão ou por oposição deliberada às medidas que podem salvar vidas. A tragédia de Manaus, causada pela crise no abastecimento de oxigênio, a luta contra a vacinação, o desrespeito ao uso de máscaras e a oposição às medidas de distanciamento social foram os principais pontos desta política. A pandemia deixou mais de 700 mil mortos no Brasil. O segundo país com maior número de mortes em decorrência da COVID-19 do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos<sup>24</sup>.

Não há dúvidas de que vencer as eleições de 2022 era fundamental para interromper o funcionamento de uma máquina de destruição social e ambiental. Parte significativa dos senhores e senhoras da Casa Grande perceberam que era necessário frear e rever a permanência da extrema-direita no exercício do poder institucional, especialmente no executivo federal. Diante deste contexto, o judiciário operou a viabilidade eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva. Seu processo foi anulado pelo STF.

---

24 World Health Organization. WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard. Disponível em: <<https://covid19.who.int/>>.

No dia 30 de outubro de 2022, quando do anúncio do resultado final das eleições, respiramos aliviados e comemoramos a vitória de Lula pela diferença de 1,8% dos votos válidos. Vitórias eleitorais são tudo aquilo que podemos esperar? Nosso horizonte de expectativas político é a repetição de políticas de gestão da pobreza e da miséria? É colocar as esperanças nas articulações políticas de partidos no legislativo? Torcer por uma decisão favorável no STF? Contar com a boa vontade e o caráter republicano do Congresso Nacional?

As condições políticas hoje são adversas: o Congresso Nacional é constituído por uma maioria conservadora e significativamente bolsonarista, assim como a maioria dos governos estaduais, prefeituras e suas respectivas câmaras legislativas. Por outro lado, o governo de frente ampla que se constituiu é tão amplo que abriga até mesmo partidos e políticos que faziam parte da base do governo antecessor. Some-se a isso a reduzida disposição deste governo em fazer enfrentamentos políticos mais significativos em nome da governabilidade como, por exemplo, rever as reformas trabalhista e previdenciária. Abandona-se a luta sem ao menos tentar.

Ademais, a condução da política econômica é absolutamente conservadora: o novo arcabouço fiscal do Ministro da Fazenda Fernando Haddad tem os mesmos princípios que o “Teto de Gastos” aprovado no governo de Michel Temer.

Se a austeridade é a âncora da política econômica, é possível esperar mudanças estruturais significativas? É possível esperar a implementação de políticas que apontem, efetivamente, para a ampliação de direitos, emprego, renda, melhorias nos serviços públicos? Certamente que não. É provável esperar mais pressão sobre territórios tradicionais e povos originários, bem como sobre áreas protegidas sob argumentos e justificativas “desenvolvimentistas” de aumento da arrecadação e do superávit pela via da abertura de “novas fronteiras produtivas”? Certamente que sim. É o que temos visto com o aumento dos licenciamentos ambientais para implantação de usinas fotovoltaicas<sup>25</sup> e parques eólicos<sup>26</sup>, inclusive offshore, ao arripio de seus impactos pouco difundidos. Outro exemplo, a enorme pressão para o licenciamento

---

25 “Brasil bate recorde de expansão da energia solar em 2023 – Com construção de usinas fotovoltaicas e eólicas, matriz elétrica brasileira chega a 83,79% de fontes renováveis, uma referência internacional.” Publicado em 18/09/2023 18h58. Atualizado em 10/10/2023 15h13. Disponível em: <<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/brasil-bate-recorde-de-expansao-da-energia-solar-em-2023#:~:text=A%20meta%20de%20expans%C3%A3o%20de,pot%C3%Aancia%20de%2010%2C3%20Gigawatts%20>>.

26 Newsletter de Cenários Eólica, abril de 2023. Disponível em: <<https://cenarioseolica.editorabrasilenergia.com.br/newsletter/cenarios-eolica-abril-2023/>>.

e liberação da exploração de petróleo na foz do Amazonas (“Margem Equatorial”)<sup>27</sup> que encaminha para a degradação deste ecossistema sensível, continental e marinho.

Combater a extrema-direita implica, necessariamente, produzir ideias, ganhar corações e mentes, mobilizar pessoas em torno de expectativas exequíveis e não sejam apenas promessas eleitorais vazias. Este movimento implica, necessariamente, algum tipo de conflito, de embate. Evitá-lo em nome da governabilidade e da responsabilidade fiscal não fará o bolsonarismo desaparecer.

Recentemente Roberto Schwarz publicou uma peça de teatro intitulada Rainha Lira. Ela é sua interpretação do tempo histórico brasileiro de junho de 2013 para cá. Na obra, o Rei está preso e a Rainha Lira é deposta por uma rebelião popular. Quem assume o poder é um personagem chamado o Coiso (que anda com um revólver na cintura). A tragédia se instala, por fim, “Entra o carcereiro e solta o rei” (SCHWARZ, 2022, p. 120).

É isso que nos resta?

---

27 Novas Fronteiras de Exploração – “Localizada no Norte do país, entre os estados do Amapá e Rio Grande do Norte, a Margem Equatorial apresenta um importante potencial petrolífero e conta com uma série de oportunidades para melhorar a vida de milhares de brasileiros. Existe a possibilidade de gerar empregos, aumentar a arrecadação e participar de um desenvolvimento regional e nacional”. Fonte: Petrobras. Disponível em: <[https://petrobras.com.br/quem-somos/novas-fronteiras?gclid=Cj0KCQiA6vaqBhCbARIsACF9M6kbfmBTdP5gFrmf0UXn7Mx2ypL6cgaxs-bgiRMj14VXwEeBkDR25GlaArKvEALw\\_wcB](https://petrobras.com.br/quem-somos/novas-fronteiras?gclid=Cj0KCQiA6vaqBhCbARIsACF9M6kbfmBTdP5gFrmf0UXn7Mx2ypL6cgaxs-bgiRMj14VXwEeBkDR25GlaArKvEALw_wcB)>.

## Bibliografia

- BENJAMIN, W. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- BERNARDO, J. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- BRAGA, R. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. in: SINGER, André e LOUREIRO, Isabel (orgs.). *As contradições do lulismo*. A que ponto chegamos. São Paulo: Boitempo, 2016.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- CARVALHO, L. *A valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- FELTRAN, G. *Fronteiras de tensão: Política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Irmãos Uma história do PCC*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- \_\_\_\_\_. A política como violência. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, Vol. 17, nº 2, julho a dezembro de 2021.
- FILHO, F. de H. B.; e MOURA, R. L. de. Evolução recente da informalidade do emprego no Brasil: uma análise segundo as características da oferta de trabalho e o setor. *Pesquisa e planejamento econômico*, v. 45, n. 1, abr. 2015.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio, 2012.
- KURTZ, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- LÖWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MAIA, L. *Nem partidos, nem sindicatos - a reemergência das lutas autônomas no Brasil*. Goiânia: Edições Redelp. 2016.
- MALHEIRO, B. *Geografias do Bolsonarismo: Entre a expansão das commodities do negacionismo e da fé evangélica no Brasil*. Rio de Janeiro: Amazônia Latitude Press. 2023.
- MANOEL, J. Junho de 2013 e a guerra híbrida: o leninismo e a idealização da conspiração. In: ALTMAN, B.; CARLOTTO, M. (Orgs.) *Junho de 2013, a revolução fantasma*. São Paulo: Boitempo, 2023.
- MANSO, B. P. *A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. São Paulo: todavia, 2020.
- \_\_\_\_\_. *A fé e o fuzil: Crime e religião no Brasil do século XXI*. São Paulo: todavia, 2023.
- MOREIRA, R. *A formação espacial brasileira*. Contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia brasileira. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MENEGAT, M. A face e a máscara: a barbárie da civilização burguesa. *Pegada*, v. 2 n. 8, 2007.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resolução sobre conjuntura de 17 de maio de 2016.
- PRATA, A. #minhaarmaminhasregras. *Folha de São Paulo*. 10 de novembro, 2019.
- OLIVEIRA, F. Um crítico na periferia do capitalismo. In: CEVASCO, M. E.; OHATA, M. (Orgs.) *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A Crítica da Razão Dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- RODRIGUES, G. B. Espaço e conflito social: as Jornadas de Junho de 2013. In: SANTOS, E. V. M. et al. *Território, economia urbana e conflitos sociais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.
- \_\_\_\_\_. A barbárie capitalista na periferia do mundo moderno-colonial: a experiência da crise pandêmica. In: RODRIGUES, G. B et al. (Orgs.). *Espaço urbano, pobreza e neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2022.
- RODRIGUES, G. B.; RAMOS, T. T. "A espacialidade dos conflitos sociais: as jornadas de junho de 2013". *Para Onde!?*, Edição Especial: Geografia e transformações socioespaciais: dinâmicas agrárias e políticas do desenvolvimento regional. Porto Alegre, v. 11, n. 1, 2019.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Edusp, 2002.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2001.
- SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SCHWARZ, R. *Im de século*. In: *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Rainha Lira*. São Paulo: Editora 34, 2022.
- SOUZA, M. L. *O desafio metropolitano – Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Fobópole – Medo generalizado e a Militarização da Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SVAMPA, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2019.

### **The platypus 20 years later: what has happened?**

The article seeks to contribute to the debate on the contemporary Brazilian socio-spatial dynamics based on the critical elements of the essay "O Ornitorrinco" by sociologist Chico de Oliveira (2003). Based on these guidelines, we have selected some processes and milestones that we consider central to understanding the dynamics of Brazilian society, such as the consolidation of neoliberalism from the 1990s, the June protests of 2013, and the election of Jair Bolsonaro in 2018.

**KEYWORDS:** Brazil, Platypus, Chico de Oliveira, Socio-spatial dynamics

### **El ornitorrinco 20 años despues: qué ha pasado?**

El artículo busca contribuir al debate sobre la dinámica socioespacial brasileña contemporánea a partir de los elementos críticos del ensayo "El Ornitorrinco" del sociólogo Chico de Oliveira (2003). A partir de estos lineamientos, hemos seleccionado algunos procesos y hitos que consideramos centrales para comprender la dinámica de la sociedad brasileña, como por ejemplo, la consolidación del neoliberalismo a partir de la década de 1990, las protestas de junio de 2013 y la elección de Jair Bolsonaro en 2018.

**PALABRAS CLAVE:** Brasil, Ornitorrinco, Chico de Oliveira, Dinámica socioespacial

Artigo recebido em junho de 2023. Aprovado em novembro de 2023.